

ESTADO DE SÃO PAULO

ROBERTO MACEDO

(Im)popularidade

27 OUT 1994

Tem razão o presidente eleito, FHC, ao afirmar, de Budapeste, referindo-se ao tratamento da inflação, que "é uma ilusão pensar que a popularidade depende de medidas populares". A inflação é como uma doença crônica, cujo tratamento traz inconveniências e frequentemente é doloroso. Mas não é por isso que quem aplica o tratamento perde prestígio. Ao contrário, este até aumenta quando o tratamento dá certo.



Estamos nos afundando num buraco que parece não ter fim

Mesmo quando não dá, vêm os agradecimentos pelo esforço de fazer o possível. O que não se perdoa é a omissão e, quando percebida, a incompetência.

A questão fundamental, portanto, é realizar o tratamento da inflação e fazê-lo com competência. Será uma bênção para o País se o presidente eleito puser sua filosofia em ação, adotando as medidas necessárias para salvar o Plano Real, mesmo que sejam impopulares. É por falta dessa disposição de agir e de ações coerentes com ela que estamos há duas décadas vacilando em adotar medidas realmente capazes de reverter o processo inflacionário, o que abriria espaço para a retomada do desenvolvimento e para a solução de uma enormidade de problemas. Pela mídia se percebe que todos querem o tratamento, mas poucos estão dispostos a enfrentar as inconveniências e as dores que dele advêm.

Assim, coloca-se indevida ênfase nos custos privados e sociais das políticas antiinflacionárias. Que tal

pensar nos custos de não aplicá-las? Se o Brasil tivesse enfrentado com decisão o problema, desde que ele voltou a se agravar em meados dos anos 70, na sequência da primeira "crise do petróleo", hoje o PIB total e per capita seria muito maior, o nível de renda e de emprego também, não teria havido o agravamento da pobreza, da marginalidade e da criminalidade, e gerações inteiras não teriam sido sacrificadas em suas expectativas

de encontrar oportunidades de trabalho, realizar uma carreira profissional e constituir e manter uma família. Ou seja, é bom saber as seqüelas do tratamento, mas a preocupação preponderante deve ser com o que vem ocorrendo na ausência dele: estamos nos afundando num buraco que parece não ter fim.

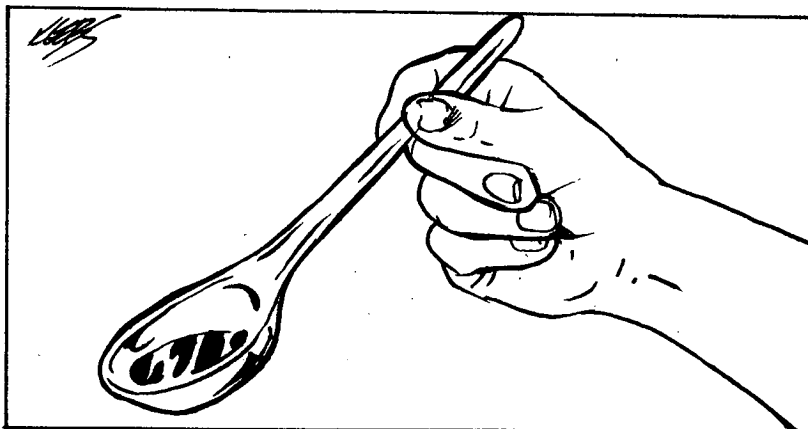
Essa discussão sobre as medidas que o governo adotou para a contenção do consumo é ilustrativa do

comportamento incoerente dos que querem o fim da inflação, mas se recusam a aceitar o tratamento necessário. Deveriam perceber que o aquecimento da demanda não é coerente com a estabilização dos preços. Sob pressão da demanda, o lado da oferta tem mais condições de puxar seus preços. Há os que sugerem ampliar a oferta em vez de conter a demanda. O governo pode, como vem fazendo, ampliar as importações, que representam parcela pequena do que se consome internamente. Expandir a oferta interna leva tempo e investimento. Quando uma economia cresce muito rapidamente, como no Brasil nos tempos do milagre, seu PIB pode crescer no máximo algo em torno de 10% ao ano. Estamos crescendo apenas algo próximo de 3% ao ano e essa expansão da oferta não tem condições de acomodar um crescimento da demanda nominal que se reflete na já preocupante inflação, pós-Real, de cerca de 3% ao mês. E, para ampliar ainda mais a oferta, não há como expandir significativamente os investimentos sem combater a inflação, pois esta gera um clima de incertezas que inibe as inversões privadas, ao lado de refletir uma crise

das finanças públicas, que de há muito vêm reduzindo os investimentos públicos.

Ou seja, no curto prazo a saída é conter a demanda. Mas não se faz isso por sadismo de economistas governantes. É parte do tratamento, cujo objetivo final é recuperar a economia doente, colocá-la de pé para andar, aumentar a produção e o consumo. O pessoal não percebe que a economia ainda está de cama e em fase de tratamento. Quer logo dar-lhe uma alta precipitada. Como resultado, ela cairia logo adiante e voltaria ao tratamento com complicações adicionais. Parece que ninguém se lembra dos tratamentos anteriores.

De fato, não é popular, hoje, propor e adotar medidas como as que foram adotadas pelo governo na esfera do consumo. Mas para ajustar e consolidar o Plano Real serão necessárias muitas outras medidas impopulares nas áreas fiscal, salarial, previdenciária, administrativa, monetária e tudo o mais. O grande desafio de FHC será torná-las politicamente viáveis, passando-as inclusive pelo crivo do Congresso, e realizá-las com competência. É possível que a incompreensão lhe traga alguma impopularidade. Mas ele sabe que a impopularidade de hoje pode significar a popularidade de amanhã. É um grande avanço. Perdemos muito tempo com governantes que só viam a popularidade imediata, mas acabaram colhendo depois uma amarga e definitiva impopularidade ou relegados ao esquecimento que a História reserva aos que não cumprem o seu papel.



■ Roberto Macedo é professor da FEA-USP e da Universidade Mackenzie e pesquisador da Fipe e do Instituto Fernand Braudel, ligado à FAAP.